



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08074476120168152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RHAYSSON MAX DE LIMA SOARES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., **IMPUGNAR EXPRESSAMENTE**, e de modo espontâneo, com fulcro no art. 218, §4º, CPC, a petição ID 33557079 - Petição (PETIÇÃO DISCORDANDO DO VALOR DO) apresentada pela parte autora, bem como o cálculo apresentado no ID 33557076 - Documento de Comprovação (MEMÓRIA DISCRIMINADA E ATUALIZADA DE CÁLCULOS (DPVAT)).

Cumpra esclarecer que a exequente merece ter seu pleito INDEFERIDO, eis que cometeu os seguintes equívocos na elaboração de seus cálculos:

1) O cálculo elaborado foi até agosto de 2020, mas o pagamento foi feito em 13-04-2020. Desrespeito à Súmula 179, STJ. Desse modo, no cálculo apresentado pela autora consta juros inserido equivocadamente de R\$ 834,33, enquanto o valor correto é R\$ 635,50. Trata-se de equívoco justamente porque a autora inseriu indevidamente mais 4 meses de atualização, em dissonância ao que preconiza a Súmula 179, STJ, pois, a partir da data do depósito, o valor passa a ser corrigido pela Instituição Financeira;

SÚMULA N. 179

O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos.

Referência:

CC/1916, art. 1.266.

2) Consequentemente, o valor requerido de honorários também encontra-se equivocado, no valor de R\$ 1433,06, enquanto o correto é R\$ 1.398,10. A diferença consiste na consequência de ser percentual que incidiu baseado em valor atualizado de forma equivocada, até 4 meses depois do pagamento.

Vejamos a indicação do cálculo do cálculo equivocado da parte autora, feito até agosto de 2020:

PROCESSO: 0807447-61.2016.8.15.2003
AUTOR: RHAÏSSON MAX DE LIMA SOARES
RÉU: SEGURADORA LÍDER


DATA DO EVENTO DANOSO: ago/14
CITAÇÃO: jun/19

CÁLCULOS ATUALIZADOS ATÉ: ago/20

MEMÓRIA DISCRIMINADA E ATUALIZADA DE CÁLCULO DE
EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Já o pagamento, conforme comprovante juntado aos autos e abaixo destacado, foi realizado desde 13/04/2020, a seguir.



 Banco do Brasil			Nº DA CONTA JUDICIAL 4700114771126		
Nº DA PARCELA 0		DATA DO DEPÓSITO 13/04/2020		AGÊNCIA (PREF / DV) 1618	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 13/04/2020		Nº DA GUIA 2620307	Nº DO PROCESSO 0807447-61.2016.815.2003		TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA JOAO PESSOA		ORGÃO/VARA 1 VARA DIST MANGABEIRA		DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 8388,59
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA Juridico	CPF / CNPJ
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE RHAYSSON MAX DE LIMA SOARES				TIPO DE PESSOA Fisica	CPF / CNPJ 70749748460
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA F8E8E581D1653B10					
CÓDIGO DE BARRAS					

Deste modo, resta CABALMENTE COMPROVADO que os valores foram pagos CORRETAMENTE, de acordo com a condenação, motivo pelo qual pugna pela EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO face a satisfação da obrigação, nos termos do art. 924, II, CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 1 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB